

1. Critério A - Qualidade do Projeto (8/10)

A contestação apresentada, no que se refere à qualidade do projeto, alega que o feedback recebido não reflete adequadamente a coesão e clareza do projeto, especialmente no que tange à conexão entre a justificativa, os objetivos, as metas e os resultados esperados. A argumentação destaca que o projeto apresenta uma estrutura sólida, com metas mensuráveis e resultados tangíveis, como a capacitação dos participantes, consultorias práticas e a produção de conhecimento acadêmico por meio de um artigo científico.

Em análise jurídica, cabe destacar que o critério de qualidade do projeto é composto por elementos que envolvem a clareza na apresentação dos objetivos, metas e resultados. O feedback apontou uma possível falha na evidência de tais resultados, o que deve ser considerado em uma revisão de avaliação. O projeto, ao demonstrar uma estrutura de planejamento com objetivos claramente alinhados a metas mensuráveis, parece atender aos requisitos para ser considerado de qualidade, especialmente com a apresentação detalhada dos resultados esperados.

Portanto, considerando a argumentação apresentada e a estrutura do projeto, é razoável revisar a pontuação, pois as alegações de incoerência entre justificativa, objetivos e metas não se mostram suficientemente substanciadas no contexto exposto.

2. Critério C - Aspectos de Integração Comunitária (8/10)

A contestação ao critério de integração comunitária apresenta uma argumentação sólida, detalhando as medidas arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais adotadas para garantir a inclusão de grupos em vulnerabilidade social, especialmente pessoas com deficiência. O projeto descreve medidas concretas, como a implementação de rotas acessíveis, audiodescrição, legendas e campanhas educativas, alinhadas à legislação de acessibilidade vigente (Lei nº 13.146/2015 e Instrução Normativa nº 10/2023 do Ministério da Cultura).

Do ponto de vista jurídico, a legislação brasileira impõe a obrigatoriedade de ações que garantam a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência em projetos culturais, educacionais e sociais. A **contestação** apresentou que o projeto adota tais medidas de forma clara e específica, cumprindo as exigências legais e comprometendo-se com a inclusão social. O feedback que alega falta de clareza na participação desses grupos pode ser reconsiderado, uma vez que as medidas detalhadas são suficientes para garantir a efetiva integração desses públicos.

Assim, sugere-se a revisão da pontuação com base na adequação às normativas de inclusão e no compromisso explícito com a acessibilidade.

3. Critério D - Coerência da Planilha Orçamentária e Cronograma (10/10)

A contestação à pontuação no critério orçamentário e cronograma apresenta uma justificativa sólida quanto à alocação dos recursos e ao cronograma estabelecido, demonstrando que os valores foram distribuídos de maneira eficiente, com a intenção de cumprir as metas do projeto de maneira eficaz e em conformidade com os princípios

constitucionais da economicidade e eficiência. O cronograma de execução, embora breve, é considerado viável pela equipe, que conta com profissionais experientes e que já implementaram o projeto com sucesso em outras localidades.

No âmbito jurídico, a alocação de recursos deve ser justificada de maneira transparente, conforme as exigências da Constituição Federal (art. 70) e das normativas orçamentárias. A contestação explicita como os recursos serão aplicados de maneira eficiente, com base na necessidade de garantir acessibilidade e formação qualificada, o que parece atender às exigências legais. Além disso, a redução do tempo de execução, conforme argumentado, não comprometeria a execução do projeto, dado o histórico de sucesso da equipe.

Portanto, pode-se revisar a pontuação atribuída, considerando a clareza da justificativa orçamentária e a viabilidade do cronograma apresentado.

4. Critério E - Coerência do Plano de Divulgação (10/10)

A contestação no critério de plano de divulgação aponta que a estratégia apresentada no projeto é abrangente e utiliza diversos canais de comunicação, incluindo redes sociais, parcerias locais, influenciadores digitais e plataformas de e-mail marketing, para garantir o engajamento contínuo do público-alvo. Alega-se que o feedback dado não reflete a abrangência e a eficácia do plano de comunicação apresentado.

Juridicamente, o projeto deve ser capaz de demonstrar a viabilidade de suas estratégias de divulgação e engajamento, especialmente em um cenário em que se busca atingir públicos em comunidades específicas e com baixo acesso a tecnologias. A utilização de múltiplos canais e parcerias locais, como indicado na contestação, parece ser uma abordagem estratégica adequada, que garante a participação ativa e a disseminação da mensagem do projeto.

Considerando a justificativa apresentada e a adequação das estratégias de divulgação, seria razoável revisar a pontuação, uma vez que o plano de comunicação é detalhado e bem estruturado.

5. Critério F - Compatibilidade da Equipe Técnica (8/10)

A contestação à pontuação do critério de equipe técnica esclarece a qualificação de cada membro e como sua atuação contribui diretamente para as metas do projeto. A argumentação detalha a função de cada integrante da equipe, desde a coordenação até os instrutores e assessoria de comunicação, demonstrando como suas competências são essenciais para a execução bem-sucedida do projeto.

No âmbito jurídico, é imprescindível que a equipe técnica seja capacitada para garantir a implementação do projeto conforme o planejamento e as metas estabelecidas. A contestação indica que cada membro tem um papel claramente definido, o que garante a compatibilidade entre a equipe e as necessidades do projeto. A pontuação atribuída parece refletir a clareza e adequação das funções descritas, não sendo possível revisar a avaliação à luz das informações apresentadas.

Belo Horizonte- MG, 23 de dezembro de 2024

DOUGLAS CÂNDIDO FERREIRA

REPRESENTANTE LEGAL

CPF: 116.724.226-20

RG: 16.796.069

